

CAPÍTULO XII

Ondas longas e ciclos econômicos

A conclusão mais geral a que podemos chegar com base na análise que realizamos até agora é a de que a crise atual do capitalismo, desencadeada a partir do início dos anos setenta, não pode ser atribuída à tendência declinante da taxa de lucro. A extensa análise teórica que realizamos desta lei na primeira parte deste livro e a que análise das etapas do desenvolvimento capitalista, na terceira parte, deixaram claro que não foi a elevação da composição orgânica do capital que levou a economia mundial à crise.

Torna-se, então, necessário examinar o processo de acumulação capitalista de um ponto de vista que, até o momento, deliberadamente, evitei. Refiro-me à análise dos ciclos econômicos. Toda a análise anterior, especialmente a da primeira parte, foi baseada em um exame a longo prazo do desenvolvimento capitalista. E desse ponto de vista não foi possível encontrar nenhuma lei que leve o sistema capitalista ao colapso. Ele se modifica sempre e acabará desaparecendo, mas nada indica que isto ocorrerá através de um processo súbito de crise e colapso. Não vou aqui resenhar toda a extensa análise marxista sobre derrocada final do capitalismo.¹ Um

¹ Ver a respeito a antologia de textos clássicos do marxismo preparado por Lucio Colletti (org.), *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*, México, Siglo XXI, 1978.

dos defeitos mais graves do marxismo vulgar ou do marxismo ortodoxo é necessitar sempre de uma teoria da derrocada, sendo a mais comum aquela que discutimos extensamente: a lei da tendência declinante da taxa de lucro.

Vamos agora à dinâmica capitalista do ponto de vista dos ciclos econômicos, onde, novamente, a contribuição de Marx é fundamental e onde, novamente, os marxistas continuam a procurar uma teoria para a derrocada final do capitalismo. Dentro da dinâmica capitalista podemos distinguir:

1) etapas seculares ou modelos de desenvolvimento a longo prazo;

2) ondas longas ou ciclos longos de Kondratieff; e

3) ciclos de Juglar ou simplesmente ciclos.

As etapas seculares de longo prazo foram o objetivo do nosso estudo na segunda parte deste livro. As etapas seculares ou modelos de acumulação e de desenvolvimento devem possuir não apenas certas características comuns em relação às variáveis econômicas fundamentais (taxa de lucro, taxa de acumulação, tipo de progresso técnico, taxa de salários), mas também características estruturais comuns no que diz respeito à natureza das relações de produção dominantes. Enquanto analisamos formações sociais capitalistas, as relações de produção terão predominantemente este caráter, mas isto não significa que permanecerão imutáveis no tempo. Uma coisa são as relações de produção no período de transição da Revolução Capitalista, outra no Capitalismo Competitivo, outra no Capitalismo Oligopolista e finalmente no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado. Através destas quatro grandes etapas as relações de produção permanecem basicamente capitalistas, mas vão sofrendo modificações significativas, na medida, inclusive, em que as formações sociais são embricações de diferentes modos de produção. No plano estritamente econômico, o instrumento fundamental para a compreensão das etapas de desenvolvimento é a lei da tendência declinante da taxa de lucro. Embora não tenha provocado a crise atual, sua constante pressão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e diretamente sobre as relações de produção provoca o surgimento das contratendências, transformando-a em um fator determinante do processo histórico.

1

Já nos ciclos longos o mais importante são as características estruturais do processo de acumulação que se estabelecem. Os ciclos longos geralmente correspondem a um determinado padrão de acumulação; são definidos principalmente em função dos pacotes de inovação e acumulação, nos quais o progresso técnico é um componente importante mas não exclusivo. A partir das grandes ondas de inovação, novos setores industriais são implantados ou apresentam um desenvolvimento excepcional a partir da introdução de novos produtos (progresso técnico de produto), novos métodos de produção mais eficientes são introduzidos, implicando aumento da produtividade do trabalho e/ou do capital (progresso técnico de processo), novas fontes de matérias-primas são colocadas em atividade, novos mercados são abertos, novas técnicas de comercialização e de diferenciação de produtos são implantadas e novas formas de estruturação do mercado são definidas geralmente tendendo para a oligopolização e cartelização de determinados setores produtivos e/ou para a intervenção do Estado nesses setores.

Os ciclos longos duram cerca de cinquenta a sessenta anos. Sob certas circunstâncias poderão ser confundidos com as etapas seculares. Entretanto delas se distinguem porque os critérios de periodização são diversos. Os ciclos de Kondratieff, como os ciclos econômicos, são flutuações industriais, enquanto que as etapas de desenvolvimento são tendências seculares. Ora as mudanças de tendências são marcadas antes por modificações permanentes no comportamento da taxa de lucro, da taxa de mais valia, da composição orgânica do capital, do tipo de progresso técnico, e por correspondentes alterações parciais nas relações de produção do que pelo ritmo das flutuações industriais. Já um ciclo econômico ou ciclo de Juglar terá em geral duração de oito a dez anos. Um ciclo longo, por sua vez, geralmente compreenderá cinco ou seis ciclos de Juglar. Uma crise mais profunda dentro de um ciclo será freqüentemente o sinal e também o resultado do encerramento de um ciclo longo e do seu correspondente padrão de acumulação.

Os ciclos longos são chamados de ciclos de Kondratieff porque, embora autores anteriores já houvessem percebido o

fenômeno, foi Nikolai Kondratieff, em um artigo clássico publicado em 1926 que os detectou e comprovou de forma definitiva. Kondratieff nesse artigo verificou a ocorrência de três ondas longas, a partir do final do século XVIII. Quando escrevia seu artigo, a economia mundial encontrava-se na fase *b*, de declínio, da terceira onda longa, que estender-se-ia até 1940-45. A primeira onda longa fora aproximadamente de 1790 a 1844-45 e a segunda, de 1844-45 a 1890-96.² Para comprovar sua tese Kondratieff utilizou uma extensa série de dados estatísticos, que mostravam que durante 25 a 30 anos a economia crescia com rapidez, sendo as fases de expansão dos ciclos normais mais longos e as de desaceleração mais curtas, o inverso ocorrendo nos 25 a 30 anos seguintes, nos quais, afinal, a economia crescia muito mais lentamente, ocorrendo, portanto, um relativo declínio.

Diversos autores contemporâneos perceberam o quarto ciclo longo do capitalismo industrial. Ignácio Rangel, em um artigo de 1972, quando o Brasil encontrava-se próximo ao auge de um processo de expansão, já previa a crise mundial a partir da dinâmica de Kondratieff.³ Ernest Mandel, em um livro posterior, verificou também empiricamente a existência das ondas longas, demonstrou como a teoria dos ciclos longos é perfeitamente compatível com a teoria econômica marxista, cujos iniciadores seriam Parvus, Kautsky, Gelderen e Trotsky, e reconheceu que no final dos anos sessenta o mundo entrou na fase de declínio da quarta onda longa.⁴ E de fato, não é difícil concluir que o terceiro Kondratieff terminou por volta de 1940. Segue-se um período de 30 anos de expansão, que termina com a atual crise, que já podia ser per-

² Nicolai D. Kondratieff, "The long waves in economic life", *op. cit.*, p. 32.

³ Ignácio Rangel, "Perspectivas econômicas brasileiras para a próxima década", XXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1972; publicado em Ignácio Rangel, *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

⁴ Ernest Mandel, "Long waves of capitalist development", *op. cit.* Ver também Angus Maddison, "Phases of capitalist development", em *Banca Nazionale del Lavoro-Quarterly Review*, junho, 1977. O próprio Mandel tratou anteriormente do tema em *Late Capitalism*, Londres, New Left Books, 1975. Ver também David Gordon, "Up and down the long roller coaster", em Bruce Steimberg *et alii.*, *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union of Radical Political Economics, 1978.

cebida a partir do final dos anos sessenta, mas que se torna absolutamente clara com o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Embora ainda existam muitos economistas que continuam a ver com desconfiança os ciclos longos,⁵ existem fortes evidências quanto à sua validade histórica. Os ciclos econômicos de um modo geral não fazem muito sentido para os economistas neoclássicos. Para os economistas neomarxistas e neokeynesianos, que se formaram a partir da Segunda Guerra Mundial, também os ciclos deixaram durante longo tempo de fazer sentido: a confiança no planejamento e na política econômica, em uma economia que atravessa uma longa fase de expansão de uma onda longa de Kondratieff, levava-os a, tecnoburocraticamente, esquecer ou diminuir a importância dos ciclos e principalmente dos ciclos longos.

O levantamento empírico realizado por Kondratieff, entretanto, havia sido razoavelmente conclusivo. E além disso, ele foi capaz de estabelecer uma série de generalizações, entre as quais a relação que estabeleceu entre os ciclos longos e as inovações técnicas.

“Durante a fase de desaceleração dos ciclos longos, um número especialmente grande de importantes descobertas e invenções na técnica de produção e comunicação são feitas, as quais, entretanto, são geralmente postas em prática em larga escala no início da nova expansão longa”.⁶

Entretanto, embora Kondratieff já houvesse percebido que havia uma íntima correlação entre os ciclos longos e o desenvolvimento tecnológico, ele não chegou a desenvolver uma teoria explicativa para os ciclos longos. Esse trabalho coube afinal a Schumpeter, que utilizou a sua teoria da inovação, formulada anteriormente, em seu clássico *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911) para, diante do trabalho de Kondratieff, desenvolver uma teoria sobre os ciclos longos, a partir da idéia das ondas de inovações. Seu livro inicial

⁵ Uma resenha crítica do tema foi feita por Klas Eklund, “Phases of capitalist development, em *Kyklos*, vol. 33, fasc. 3, 1980, pp. 383-419.

⁶ Kondratieff, *op. cit.*, p. 34.

constitui, de um lado, um instrumento ideológico fundamental para o capitalismo, na medida em que ele consegue transformar o empresário em herói inovador do desenvolvimento econômico. De outro lado, entretanto, constitui-se também em um marco da teoria econômica. Utilizando ao mesmo tempo conceitos neoclássicos e uma visão da dinâmica histórica capitalista que muito deve a Marx, Schumpeter desenvolveu uma teoria das inovações, das decorrentes vantagens monopolistas e finalmente do lucro capitalista, que são essenciais para a compreensão do desenvolvimento capitalista, especialmente em sua fase oligopolista.

Entretanto, em um segundo momento Schumpeter pretendeu utilizar a mesma teoria para explicar todos os tipos de ciclos econômicos. Esta análise se encontra claramente formulada em 1927, no artigo “A Explicação dos Ciclos Econômicos”,⁷ e ganha plena definição em seu monumental *Business cycles*, de 1939. Nesse livro Schumpeter identifica três tipos de ciclo: os ciclos de Kondratieff, com duração de 50 a 60 anos, os ciclos de Juglar, com duração de pouco mais de 9 anos, e os ciclos de Kitchin, com duração de 40 meses aproximadamente. E pretende que sua teoria da inovação explique os três tipos de ciclo, que se superpõem. Na verdade entendemos que sua teoria é esclarecedora para os ciclos de Kondratieff e para os correspondentes padrões de acumulação. Eventualmente poderíamos definir um padrão de acumulação com uma duração menor do que um ciclo de Kondratieff, e, nesse caso, a teoria das inovações seria ainda explicativa. Foi o que ocorreu no Brasil, onde, entre 1930 e 1973, a possibilidade de importação acelerada de tecnologia e de substituição de importações permitiu que mais de um padrão de acumulação ocorresse dentro de um mesmo ciclo longo, que era assim relativamente desfigurado. Não nos parece, entretanto, que a teoria das inovações tenha força explicativa para os ciclos decenais, já que em seu transcurso não há tempo para que as inovações amadureçam e se esgotem. Afinal a expansão de um ciclo normal dura no máximo 5 a 6 anos.

Para Schumpeter, inclusive, é claramente muito mais

⁷ J. A. Schumpeter, “La explicacion de los ciclos economicos”, em J. A. Schumpeter, *Ensayos*, Oikos-Tan, Barcelona, 1968, traduzido de *Economica*, dezembro de 1927.

fácil identificar os ciclos de Kondratieff com as ondas de inovação, como pode ser verificado pela seguinte passagem: “Historicamente, o primeiro Kondratieff coberto por nossa análise significa a Revolução Industrial, incluindo o prolongado processo de absorção. Nós o datamos dos anos oitenta do século XVIII até 1842. O segundo cobre o que foi chamada a era da máquina a vapor e do aço. Vai de 1842 a 1897. E o terceiro, o Kondratieff da eletricidade, da química, e dos motores nós o datamos de 1898 em diante”.⁸ Vemos aqui como Schumpeter liga claramente cada padrão de acumulação a uma onda longa de inovação. Já quando ele examina os ciclos de Juglar, ele é muito menos bem sucedido nesta tarefa.

Ainda que a teoria das inovações nos auxilie a compreender os ciclos de Juglar, na medida em que estes coincidem e são englobados pelos ciclos longos, na verdade não constitui a explicação específica dos mesmos. De fato, os ciclos decenais iniciam-se com uma aceleração do processo de acumulação. Cada ciclo, na fase de prosperidade, é caracterizado por uma intensificação dos investimentos, ou, se quisermos também assim chamar, por uma onda de investimentos. Podemos, portanto, ter diversas pequenas ondas de investimentos entremeados por períodos de crise dentro de uma mesma onda longa de inovações. Enquanto a natureza das inovações não se modifica substancialmente, enquanto as características estruturais do processo de acumulação permanecem inalteradas, enquanto o mesmo setor ou conjunto de setores industriais inovadores continua liderando o desenvolvimento, ainda que de forma instável, os diversos ciclos normais continuam a fazer parte da mesma onda longa. Por outro lado, o esgotamento de um ciclo longo coincide com a fase de crise de um ciclo econômico normal. Mas na dinâmica endógena dos ciclos econômicos normais a teoria das inovações tem caráter apenas subsidiário.

Schumpeter, apoiando-se em Juglar, segundo o qual “a única causa da depressão é a prosperidade”, inferiu que

⁸ Joseph A. Schumpeter, *Business Cycles*, *op. cit.*, p. 170. Quando Schumpeter escrevia este texto um novo Kondratieff estava sendo gestado, que ele provavelmente identificaria como o Kondratieff das indústrias automobilística, aeronáutica e eletrônica.

“teremos explicado a ciclo quando houvermos explicado os auge”, e ainda acrescentou “os auge consistem na introdução de inovações no organismo industrial e comercial”.⁹ Ora, esta afirmação só é verdadeira em um nível de abstração muito grande. É um raciocínio do tipo “tudo o que nasce um dia tem que morrer”. Na verdade, para termos uma teoria do ciclo, em vez de procurar conhecer as causas dos auge econômicos precisamos saber exatamente porque, em um determinado momento, termina a prosperidade e começa a crise. E para isto a teoria do esgotamento das inovações tem caráter explicativo muito limitado no ciclo normal, já que em 5 ou 6 anos não é razoável imaginar que uma onda de inovações amadureça e se esgote. Isto pode e deve acontecer em um período de 25 a 30 anos, que é quanto dura a fase de expansão dos ciclos de Kondratieff.

Schumpeter acrescenta uma segunda variável: a necessidade dos empresários saldarem as dívidas contraídas no início do ciclo. Mas há poucas evidências de que o aumento do endividamento das empresas se constitua em um limite decisivo para a continuidade do processo de expansão. Enquanto a taxa de lucro estiver acima da taxa de juros, os empresários não encontrarão dificuldades em saldar ou mesmo renovar seus débitos.

Da mesma forma que a teoria das inovações, a teoria da tendência declinante da taxa de lucro é inadequada para explicar os ciclos econômicos decenais porque em cinco ou seis anos não há tempo nem para esgotar-se uma onda de inovações nem para elevar-se a composição orgânica do capital. No período mais longo de 25 a 30 anos, entretanto, os dois fenômenos tenderão a ocorrer.

Já vimos, extensamente, que secularmente não se pode afirmar que exista uma tendência à elevação da composição orgânica do capital. Mas no período de expansão de uma onda longa é perfeitamente possível imaginar que essa elevação ocorra. Seria preciso fundamentar empiricamente esta afirmação. Não há dúvida, entretanto, que o desenvolvimento capitalista tende a ocorrer através de um processo de sobreacumulação em capital constante. Isto ocorre, inclusive,

⁹ *Idem*, p. 32.

porque, no próprio transcorrer da expansão, os investimentos em capital fixo vão se tornando obsoletos do ponto de vista tecnológico, o que leva as empresas a realizar novos investimentos antes que os anteriores tenham sido amortizados. No final de uma onda longa de investimentos será, portanto, perfeitamente razoável supor que a composição orgânica do capital tenha tendido a crescer, pressionando a taxa de lucro para baixo. O problema só será resolvido com a crise e a decorrente queima de capitais, que permitirá a introdução de tecnologia poupadora de capital. É razoável, inclusive, supor que Marx, quando usou a teoria da tendência declinante da taxa de lucro para explicar os ciclos, estivesse pensando especialmente nos ciclos longos embora não os distinguisse com clareza dos ciclos econômicos normais ou decenais.

2

A contribuição básica para a análise do ciclo econômico de Juglar foi-nos dada por Marx. E o cerne dessa contribuição está na ênfase dada ao problema da superprodução de capital. Veremos, entretanto, que ele desenvolveu incompletamente seu pensamento nessa área. Os clássicos e os neoclássicos, a partir da lei de Say e dos preconceitos ideológicos a respeito do controle automático de mercado, não tinham condições de explicar os ciclos. Marx examinou os ciclos sob diversos ângulos, mas nunca deu um tratamento sistemático ao problema. Em um capítulo de *O Capital*, no qual ele examina as contradições internas da lei da tendência declinante da taxa de lucro (Livro III, Cap. XV), Marx deteve-se um pouco mais no problema. Nesse capítulo encontramos duas teorias na verdade complementares, mas que geralmente são colocadas como antagônicas para a explicação das crises: de um lado a tendência declinante da taxa de lucro, e de outro a insuficiência de demanda ou a superprodução de capital e mercadorias.

Para Marx, como para a maioria dos economistas, a reversão cíclica, ou o início da crise, está relacionada com a queda da taxa de acumulação de capital. Esta, por sua vez, está diretamente relacionada com a taxa de lucro: “A taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se

produz o que se pode e quando se pode produzir lucro”.¹⁰ Importa, entretanto, saber porque cai a taxa de lucro no curto prazo, ou seja, durante uma expansão de aproximadamente cinco anos provocando a reversão cíclica.

Podemos, na verdade, encontrar em Marx três teorias concomitantes (embora geralmente consideradas alternativas) sobre o ciclo:

1) a teoria da tendência declinante da taxa de lucro ou da tendência à elevação da composição orgânica do capital;

2) a teoria do subconsumo, da qual é um dos aspectos a teoria da desproporção; e

3) a teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva no auge do ciclo.

Já discutimos amplamente a teoria da tendência declinante da taxa de lucro. Antes do que uma teoria do ciclo, é uma tendência secular do sistema capitalista, uma tendência que afinal não se realiza na prática, mas que, devido à ação das contratendências, serve como motor ou condicionante fundamental do desenvolvimento capitalista.

A teoria do subconsumo, entendida aqui meramente como uma teoria cíclica de curto prazo e não como uma teoria de longo prazo da derrocada do sistema capitalista, está relacionada com as idéias keynesianas de insuficiência de demanda. Ainda que o capitalista produza tendo como objetivo o lucro e a acumulação e não o consumo, em última instância a demanda agregada depende da capacidade efetiva de consumo dos trabalhadores. Ora, em quase todo o período de expansão do ciclo essa capacidade tende a diminuir, porque os salários dos trabalhadores, ainda que estejam crescendo, crescem em uma proporção menor do que os lucros dos capitalistas. Em conseqüência, as empresas aceleram seus investimentos, que afinal resultam em aumento da capacidade de produção de bens de consumo, em um ritmo superior ao aumento da capacidade de consumo. Dessa forma, a partir de um certo momento as vendas das empresas não conseguem acompanhar o aumento de produção. As perspectivas de lucro e em seguida os lucros das empresas caem, e estas,

¹⁰ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, Civilização Brasileira, 1974, p. 297.

como conseqüência, reduzem seus investimentos, provocando a reversão cíclica.

A teoria da desproporção é a rigor uma subclassificação da teoria do subconsumo. Essa teoria é frequentemente atribuída a Tugan-Baranowsky. Na verdade, não existe uma teoria propriamente dita da desproporção em Tugan. Sua preocupação era demonstrar que, teoricamente, era possível ocorrer uma reprodução ampliada do capital sem limites, mas que, na prática, isto era impossível porque os mecanismos de mercado não garantem que os três departamentos de economia cresçam de maneira proporcional ou equilibrada.¹¹ Tugan está correto nesta afirmação geral, mas, em seguida, não desenvolve uma teoria para explicar em que sentido tenderia a ocorrer a desproporção, limitando-se a negar radicalmente as teorias de subconsumo, que em sua época estavam muito em voga entre os economistas marxistas.

Ironicamente, entretanto, a teoria da desproporção só ganha consistência para explicar o movimento cíclico nos quadros da teoria do subconsumo. Basta, para isto, que pensem em uma economia dividida em dois setores: Departamento I, produtor de bens de capital; e Departamento II, produtor de bens de consumo. Na fase de expansão, o Departamento I, que na fase de declínio quase se paralizara, tende a crescer mais rapidamente do que o Departamento II. O crescimento mais moderado deste departamento está relacionado ao caráter mais estável da demanda de bens de consumo, mas é também causado pelo crescimento dos salários mais lentamente do que os lucros na primeira fase da expansão, e, em conseqüência, de um crescimento insuficiente da demanda de bens de consumo por parte dos trabalhadores. Depois que a demanda reprimida de bens do Departamento I é atendida, a continuidade do seu crescimento a um ritmo maior do que o do Departamento II provocará a superprodução e, em seguida, a paralização dos investimentos no Departamento I, desencadeando a reversão cíclica.

É claro que tanto na teoria simples do subconsumo quanto na teoria de desproporção é sempre possível pensar,

¹¹ Mijailil Tugan-Baranowsky, "Fundamentos teóricos del marxismo" e "Estudios sobre la teoría das crisis comerciales en Inglaterra", em Lucio Colletti, *op. cit.*, pp. 242-80.

como querem os marxistas ortodoxos e Tugan, que a queda relativa na demanda de bens de salário pode ser compensada, evitando-se a reversão cíclica, pelo aumento na demanda dos bens de consumo de luxo ou, então, pela maior produção de bens de capital-capital, ou seja, de bens de capital que produzem outros bens de capital, em vez da produção de bens de capital-consumo, de bens de capital que se destinam à produção de bens de consumo. Mas é óbvio que ambos os fenômenos, embora possíveis, desde que haja um forte processo de elevação da taxa de mais-valia, têm limites de expansão muito claros. Não apenas há limites políticos e econômicos para a concentração da renda que permitiria basear a acumulação na produção de bens de consumo de luxo, mas também é impossível planejar uma economia capitalista no curto período de uma expansão cíclica de forma que ela produza prioritariamente e de forma indefinida no tempo bens de capital-capital ou, então, bens de consumo de luxo. Conforme observa com muita precisão Roger E. Alcaly, que com Thomas Weisskopf e Howard Sherman estão entre os economistas marxistas norte-americanos que, depois de Paul Sweezy, melhor estudaram o ciclo econômico:

“Se os capitalistas mecanicamente investirem todo o excedente subconsumido à melhor taxa de retorno disponível então o subconsumo não seria possível, porque os investimentos compensariam a redução das despesas de consumo. Mas embora essa visão seja uma razoável aproximação do comportamento de longo prazo, parece menos apropriada para a discussão do comportamento de curto prazo. Nestas circunstâncias os investimentos dependerão da taxa de lucro esperada, antes do que do volume absoluto de lucros disponível para acumulação. Isto faria o subconsumo uma real possibilidade”.¹²

A terceira teoria marxista dos ciclos é a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva no auge do ciclo e da conseqüente elevação dos salários reais acima do aumento

¹² Roger E. Alcaly, “An introduction do marxian crisis theory”, em Bruce Steimberg et alii, *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union Radical Political Economics, 1978, p. 19.

da produtividade, provocando o estrangulamento da taxa de lucro. Esta teoria já se encontra claramente em Marx, mas assumiu importância recentemente graças ao trabalho empírico e teórico de Body e Crotty sobre o assunto.¹³ Esses autores demonstraram que nos últimos ciclos ocorridos na economia norte-americana, quando a expansão se aproximava do auge, os salários reais tenderam a crescer mais rapidamente do que a produtividade. Esta, inclusive, sofre uma redução relativa devido à maior resistência dos trabalhadores à disciplina do trabalho nas empresas quando a economia se aproxima do pleno emprego. Em conseqüência reduz-se a taxa de lucro e produz-se a reversão cíclica.

Da mesma forma que a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva, a teoria do subconsumo recebeu comprovação empírica recente. Howard Shermann e Robert Hahnel, estudando os ciclos da economia norte-americana no pós-guerra, comprovaram não apenas o estrangulamento dos lucros no auge do ciclo, devido à redução da produtividade, que se deve ao aumento lento da capacidade utilizada na segunda fase da expansão (em comparação com o aumento rápido do índice de utilização de capacidade na primeira fase de expansão), mas também verificaram a elevação dos salários a uma taxa menor do que a dos lucros na primeira fase da expansão tendo como conseqüência uma redução de propensão a consumir.

A conclusão dos dois autores, após apresentarem as evidências empíricas, é muito clara a esse respeito:

“Na fase inicial da expansão, a taxa de lucro cresce rapidamente, em parte porque: 1) a participação dos lucros na renda está crescendo (já que os salários aumentaram pouco enquanto a produtividade cresce rapidamente); e principalmente porque: 2) a utilização da capacidade está crescendo rapidamente (devido à crescente demanda por produção). Esses fatores asseguram um rápido crescimento de taxa de lucro, que causa um rápido crescimento do investimento. No final da expansão a taxa

¹³ Robert Boddy e James Crotty, “Class conflict and macropolicy: the political business cycle”, em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 7, n.º 1, 1975.

de lucro cai principalmente porque: 1) a participação dos lucros na renda está caindo — mormente devido à produtividade estagnada ou decrescente; mas também, em parte, porque: 2) a utilização de capacidade está mudando muito pouco ou mesmo caindo — devido à queda prévia na propensão de consumir, causada pela prévia redução de participação dos salários na renda”.¹⁴

No trabalho de Shermann, assim como no de Thomas E. Weiskopf,¹⁵ no qual se baseou teoricamente, fica entretanto claro a possibilidade de utilizar as três teorias, e especialmente as duas últimas sobre o subconsumo é o estrangulamento dos lucros, de forma concomitante ao invés de alternativa.

Se temos que Z é a capacidade produtiva potencial, a taxa de lucro, R/K pode ser decomposta da seguinte forma:

$$\frac{R}{K} = \frac{R}{Y} \cdot \frac{Y}{Z} \cdot \frac{Z}{K}$$

Por essa equação vemos que a taxa de lucro depende de R/Y , ou seja, da participação dos lucros (e dos salários) na renda. Depende, portanto, das relações estabelecidas na teoria do estrangulamento dos lucros pelo esgotamento do exército industrial de reserva. Em segundo lugar, a taxa de lucro depende de Y/Z , ou seja, da relação entre a produção ou a demanda efetiva e a produção potencial. Aqui estamos em pleno domínio da teoria do subconsumo. Finalmente, a taxa de lucro depende da produtividade a longo prazo do capital, Z/K , ou seja, da relação produto-capital, que está diretamente relacionada com a composição orgânica do capital e, portanto, com a teoria da tendência declinante da taxa de lucro devido à elevação da composição orgânica do capital ou da diminuição da relação produto-capital.

Vemos, portanto, que a taxa de lucro, cujo movimento é

¹⁴ Robin Hahnel e Howard Shermann, “The rate of profit over the business cycle”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 6, nº 2, 1982. Ver também o trabalho fundamental de Howard Shermann, “A marxist theory of the business cycle”, em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 11, 1979.

¹⁵ Thomas E. Weiskopf, “Marxist perspectives on cyclical crisis”, em Bruce Steinberg et alii, *op. cit.*

essencial para a reversão cíclica, pode estar relacionada com as três teorias.

Em um trabalho clássico escrito nos anos trinta, Maurice Dobb já deixava clara essa possibilidade. Para ele a tendência à elevação da composição orgânica do capital poderia ocorrer no curto prazo de um ciclo, simplesmente devido ao fato de que, na expansão, poderia verificar-se desproporção entre o Departamento I e o Departamento II. Nesse processo o consumo declinaría em relação à acumulação, e ao mesmo tempo a composição orgânica do capital aumentaria, resultando de todo esse processo o declínio da taxa de lucro e a crise, a qual seria ainda agravada pela elevação dos salários no auge do ciclo. Com essa análise Dobb transforma a teoria da desproporção em uma causa de curto prazo da teoria da elevação da composição orgânica do capital. Como já vimos que a desproporção, ou seja, o crescimento excessivo do Departamento I em relação ao Departamento II se deve ao subconsumo, ou seja, ao crescimento dos salários a uma taxa menor do que dos lucros durante a primeira fase de expansão, a teoria dos ciclos fica subordinada, em última análise, à teoria do subconsumo.

Para Dobb estava muito claro que a insuficiência de consumo poderia ser uma causa de crise. Opõe-se ao subconsumo vulgar, entretanto, na medida em que não aceita a tese de Rosa de Luxemburgo que o investimento provoca necessariamente superprodução a não ser que uma demanda de consumo externa surja, e que rejeita a idéia simplista de que as crises sempre são desencadeadas por uma insuficiência de consumo. Considera, entretanto, essencial analisar de forma conjugada, no movimento cíclico, a desproporção entre os setores, o subconsumo, o esgotamento do exército industrial de reserva e a elevação da composição orgânica do capital.¹⁶

Não há razão, portanto, para pensar que as teorias marxistas sobre o ciclo sejam exclusivas ou alternativas. Elas estão presentes na obra de Marx exatamente porque podem ser consideradas de forma dialética. Podemos pensar nelas concomitantemente, desde que entendamos o seu relacionamento e estabeleçamos uma lógica para seu encadeamento.

¹⁶ Maurice Dobb, *Political Economy and Capitalism*, Londres, Routledge & Kegan, 1940 (1ª ed., 1937), pp. 103, 114 e 118.

3

Antes, entretanto, de procurarmos estabelecer esse encaideamento, voltemos um momento a Marx e ao debate com os fundamentalistas, que se atêm exclusivamente à tendência declinante da taxa de lucro, quando é esta a teoria que menos se aplica à análise dos ciclos normais de Juglar. Marx não fez uma distinção clara entre o longo e o curto prazo. Tratou das crises quando estava examinando a tendência declinante da taxa de lucro como uma tendência secular. Certos analistas, como Mattick e Cogoy, depreendem daí que a teoria do ciclo de Marx está baseada na tendência declinante da taxa de lucro.¹⁷ Caindo a taxa de lucro abaixo de um certo nível, dado o crescimento da composição orgânica do capital, a acumulação se estancaria e a crise se desencadearia.

Não posso afirmar que esta teoria esteja absolutamente incorreta, não apenas como interpretação de Marx, mas, especialmente como análise da própria realidade. De fato Marx sugere essa explicação para o desencadeamento da crise cíclica. Por outro lado, na medida em que se aceite que essa tendência exista, ainda que se situe no longo prazo, ainda que seja uma tendência secular, é obvio que ela atravessaria também o médio e o curto prazo. Não há nenhuma distinção de natureza entre os diversos prazos em que podem e devem ser examinadas as leis econômicas da produção capitalista. É óbvio, portanto, que a elevação da composição orgânica do capital poderia também ter uma influência no desencadeamento das crises.

Mas se examinarmos cuidadosamente este capítulo em que Marx trata das contradições internas da lei e ao mesmo tempo, e muito significativamente, as crises, veremos que ele não se concentra naquela lei para explicar as crises. Esta lei nos ajudaria a explicar a contradição mais geral do modo capitalista de produção. Nas suas palavras:

“A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção... O meio — o

¹⁷ Paul Mattick, *Crisis y Teoria de las Crisis*, Ediciones Península, 1977, Barcelona (traduzido da ed. alemã, 1974).

desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais — em caráter permanente conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente”.¹⁸

Em outras palavras, Marx acredita na possibilidade de um desenvolvimento ilimitado, não fosse a tendência declinante da taxa de lucro. Mas Marx coloca uma segunda grande contradição de produção capitalista, contradição esta que não está relacionada diretamente com a elevação da composição orgânica do capital mas com o subconsumo: a mais-valia é criada no momento em que a mercadoria é produzida, mas para realizá-la é preciso vender a mercadoria, ou seja, é preciso que haja demanda. E a demanda tem suas próprias leis, que em última análise estão relacionadas com o poder de consumo da sociedade. Ainda nas palavras de Marx:

“Não são idênticas as condições de exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. As primeiras têm como limite apenas as forças produtivas da sociedade, as últimas a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta e sim condicionada por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande maioria da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos”.¹⁹

Marx deixa claro, portanto, que há um segundo limite fundamental para a expansão capitalista: a capacidade efetiva de consumo dos trabalhadores. E além disso desautoriza qualquer tentativa de explicar a realização e a distribuição exclusivamente a partir da esfera da produção. Explicar a realização (e o consumo, que faz parte da esfera da realização ou da demanda efetiva) a partir exclusivamente da produção foi a tentativa de Say com sua lei dos mercados. Explicar a realização e também a distribuição a partir exclusivamente da produção foi a tentativa de Ricardo. Ambas as teses clássicas

¹⁸ Karl Marx, *op. cit.*, p. 287.

¹⁹ *Idem*, p. 281.

são incompatíveis com o pensamento de Marx, para o qual a esfera da produção é fundamental porque nela reina o valor, mas as esferas da realização e da distribuição são também decisivas e possuem suas próprias leis.

Para Marx o problema das crises é fundamentalmente um problema de superprodução de capital e, portanto, de superprodução ou subconsumo transitório de mercadorias. As crises advêm como um meio de restaurar o equilíbrio, ou seja, restabelecer a taxa de lucro, através da destruição do capital que se tornara excessivo.

“Superprodução de capital significa apenas superprodução — meios de trabalho e meios de subsistência — que podem funcionar como capital, isto é, ser empregados para explorar o trabalho, com dado grau de exploração, e a queda desse grau abaixo de dado ponto capitalista de produção causa perturbações e estagnações no processo capitalista de produção, crises, destruição de capital”.²⁰

Existe superprodução quando a taxa de lucro cai abaixo de um certo ponto. Nesse momento desencadeia-se a crise, que tem como característica fundamental a destruição do capital.

Mas esta queda da taxa de lucro não está aqui diretamente ligada à tendência a longo prazo para o aumento da composição do capital, e sim à superprodução, ou seja, à incapacidade dos capitalistas de realizar seu capital, de vender as mercadorias, realizar o lucro e manter a circulação do capital. Obviamente a superprodução deriva do fato de que, em determinado momento do processo de acumulação, devido ao desmesurado crescimento dos lucros, o capital e a produção (duas variáveis perfeitamente correlacionadas, podendo ser identificadas na medida em que situemos o capital, medido como fluxo, no processo de produção e reprodução) tornam-se excessivos em relação à capacidade de consumo, reduzindo, então, as perspectivas de lucro dos capitalistas e, em seguida, seus investimentos. Nas palavras de Marx:

²⁰ *Idem*, p. 292.

“Não se produzem meios de produção em excesso para empregar a parte da população apta para trabalhar... Entretanto, os meios de trabalho e os meios de subsistência periodicamente produzidos são demasiados para funcionarem, com determinada taxa de lucro, como meios de exploração dos trabalhadores. As mercadorias produzidas são demais para poderem realizar e reconverter em novo capital o valor nelas contido e a mais-valia aí incluída, nas condições de repartição e consumo estabelecidos pela produção capitalista, vale dizer, para efetuarem esse processo sem as constantes explorações que constantemente se repetem”²¹

No prazo do ciclo — curto prazo neste quadro de referência —, portanto, a queda da taxa de lucro, a superprodução e a crise estão diretamente relacionadas com as *condições de repartição*, ou seja, com a forma pela qual se distribui a renda entre lucros e salários, entre acumulação e consumo, no processo de acumulação. As crises, portanto, podem ser atribuídas à superprodução ou ao subconsumo. Mas é preciso ficar muito claro que o subconsumo não é uma tendência de longo prazo, como a tendência declinante da taxa de lucro, e sim uma tendência de curto prazo. Não faz sentido, portanto, transformar a teoria do subconsumo em uma teoria a longo prazo da derrocada do sistema capitalista, como pretendeu, por exemplo, Rosa de Luxemburgo.²² A teoria do subconsumo como teoria de longo prazo é inclusive ilógica, só podendo ser defendida a partir de um equívoco teórico como o cometido por Rosa de Luxemburgo, para a qual a reprodução ampliada do capital seria logicamente impossível sem a existência, fora do sistema capitalista, de um setor pré-capitalista que pudesse ser explorado. Já se encontra exaustivamente demonstrado, a partir dos trabalhos de Tugan Baranowsky (que, aliás, também equivocadamente, radicalizou a respeito), que a reprodução ampliada do capital não encontra nenhum obstáculo intrínseco ou lógico.²³ Por outro lado, não

²¹ *Idem*, p. 296.

²² Rosa de Luxemburgo, *A Acumulação do Capital*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970. Apêndice “Crítica dos críticos”, pp. 415-58.

²³ Tugan-Baranowsky, *op. cit.*

há nenhuma evidência de que a propensão de consumir tenda a diminuir a longo prazo. As verificações empíricas, ao contrário, indicam a estabilidade secular dessa taxa. A curto prazo, porém, a propensão a consumir apresenta uma tendência decrescente, que se corrige no processo da crise. Essa tendência decrescente da propensão a consumir no curto prazo é, naturalmente, uma das bases da teoria do subconsumo par explicar o ciclo econômico.

A partir dessa análise podemos introduzir uma cunha no equivocado debate travado entre os marxistas *neokeynesianos* ou *subconsumistas*, entre os quais salientam-se Kalecki, Steindl, Joan Robinson e, principalmente, Sweezy e Baran, e os marxistas *ortodoxos* ou *fundamentalistas*, entre os quais temos Mattick, Yaffe, Cogoy e Shaikh.

Os primeiros negam a tendência declinante da taxa de lucro, a partir do fato empírico de que a composição orgânica do capital deixou de apresentar tendência crescente neste século. Para Sweezy, em vista disso, “a lei da baixa tendencial da taxa de lucro já não é operacional”,²⁴ e pode ser descartada. Após citar uma das passagens em que Marx examina a tendência do desenvolvimento das forças produtivas e a base estreita em que se apoiavam as condições de consumo, conclui Sweezy que a teoria central a explicar o processo de acumulação capitalista estaria ligada à contradição aí presente. Nas palavras de Sweezy: “Esta contradição, e não a queda da taxa de lucro, está implícita, com efeito, no conceito de capital enquanto valor autovalorizante... Esta contradição entre as forças produtivas e a capacidade de consumo, entre o valor autovalorizante, desemboca, por sua vez, nas crises e na estagnação”.²⁵ Fica claro por estas citações que Sweezy, apoiado em uma análise empírica positivista, nega significado para a lei da tendência declinante da taxa de lucro e pretende substituí-la pela teoria da contradição entre forças produtivas e capacidade de consumo não apenas para explicar as crises cíclicas mas o próprio processo geral de acumulação. Com isto Sweezy elimina indevidamente uma parte central da

²⁴ Paul Sweezy, “Alguns problemas da teoria da acumulação de capital”, em Mário Cogoy e Paul M. Sweezy, *Teoria da Acumulação Capitalista*, Porto, Publicações Escorpião, 1977, p. 64.

²⁵ *Idem*, pp. 667.

teoria marxista da acumulação — que é a tendência declinante da taxa de lucro — e ao mesmo tempo confunde problemas de curto e de longo prazo. No curto prazo, para a explicação das crises, já vimos que a teoria da contradição entre o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e a base estreita das condições de consumo é fundamental, mas não é por isto que se deva ou se possa rejeitar a teoria da tendência declinante da taxa de lucro, especialmente ao nível de uma análise de longo prazo, e secundariamente na análise do ciclo longo de Kondratieff.

Em contrapartida, para Cogoy toda a teoria da acumulação de Marx está subordinada à lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Cogoy é explícito a respeito: “a lei da baixa tendencial da taxa de lucro representa o núcleo da teoria marxiana da acumulação”.²⁶ Não teríamos qualquer objeção a esta afirmação se ela não conduzisse afinal o seu autor a radicalizar suas posições fazendo tudo girar em torno da lei, e assim acabar por uma “fetichização da lei da taxa tendencial da taxa de lucro”, conforme observou Sweezy.²⁷ De fato, a teoria da tendência declinante da taxa de lucro é central para o modelo de desenvolvimento a longo prazo, ou seja, o modelo de acumulação e reprodução ampliada de Marx. Quando desenvolvemos, na terceira parte deste livro, este modelo, estabelecendo as relações entre a taxa de lucro, o progresso técnico, a taxa de salários, a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital, e a taxa de acumulação, vimos que o elemento central e estratégico é sempre a taxa de lucro e sua tendência à queda, ainda que esta afinal não ocorra devido à ação das contratendências.

E não há dúvida que não são argumentos de ordem empírica que irão invalidar a lei já que ela só faz sentido quando analisada em conjunto com suas contratendências especialmente o progresso técnico poupador de capital, a tendência à oligopolização e a tendência à estatização. Neste ponto, entretanto, Sweezy revelou que não permaneceu imune à influência empiricista das ciências sociais norte-americanas. Como o capitalismo se mostrasse desde os anos qua-

²⁶ Mário Cogoy, “Queda da taxa de lucro e teoria da acumulação” em Cogoy e Sweezy, *op. cit.*, p. 76.

²⁷ Paul Sweezy, *op. cit.*, 53.

renta mais vigoroso do que nunca, Sweezy, em uma primeira fase, negou a tendência decrescente da taxa de lucro a partir da hipótese de que a taxa de mais-valia estaria crescendo pelo menos tão depressa quanto a composição orgânica do capital.²⁸ Em um segundo momento, depois da publicação do trabalho empírico de Joseph Gillman, *The falling rate of profit*,²⁹ Sweezy mudou o argumento e passou a negar operacionalidade à lei da tendência declinante da taxa de lucro a partir do fato de que a composição orgânica do capital, que até 1919 demonstrava uma tendência crescente nos Estados Unidos, a partir dessa data apresenta uma tendência declinante.³⁰ Embora Sweezy esteja mais correto em sua segunda posição, já que a crescente introdução de técnicas poupadoras de capital, combinada com o crescimento da taxa de salários, tende a estabilizar ou mesmo a fazer declinar a composição orgânica do capital, nem por isto faz sentido pôr de lado a lei. Esta é realmente central no modelo de acumulação capitalista. As contratendências são as estratégias que os capitalistas estão permanentemente pondo em ação para impedir que a lei produza efeitos. Estas estratégias, portanto, são conseqüências da lei. Através delas a teoria da tendência declinante está produzindo efeitos.

Mattick e Cogoy, entretanto, radicalizam sua posição e pretendem, a partir de uma pretendida fidelidade à teoria do valor e à lei da tendência declinante da taxa de lucro, explicar as crises econômicas exclusivamente a partir dessas variáveis, que se situam ao nível da esfera da produção. Ignoram a esfera da circulação e os problemas de realização aí situados, e só admitem a esfera da distribuição enquanto estão falando em termos geral da taxa de mais-valia.

As teorias de subconsumo, de acordo com este ponto de vista, seriam inaceitáveis inclusive (ou principalmente?) porque seriam *reformistas*. Na medida em que se aceite que as crises derivam do fato de que, na primeira fase da expansão, os lucros tendem a crescer a um ritmo mais rápido do que os salários, resultando daí um fenômeno de insuficiência

²⁸ Paul Sweezy, *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962, pp. 130-43 (1.ª ed. em inglês: 1942).

²⁹ Joseph M. Gillman, *The Falling Rate of Profit: Marx's Law and its Significance to Twentieth-Century Capitalism*, Nova Iorque, 1958.

de demanda de bens de consumo, a correção do problema passaria simplesmente por uma reforma do sistema, distribuindo-se melhor a renda. Através de uma adequada administração de salários e lucros, o sistema capitalista poderia, assim, auto-reproduzir-se, tornando-se evitável a crise final e a revolução. Ora, na medida que isto é inaceitável para um marxista ortodoxo ou fundamentalista, não lhe resta outra alternativa senão atacar sob todas as formas as teorias de subconsumo, ainda que a lógica da dinâmica capitalista e os dados empíricos disponíveis sustentem a validade de pelo menos uma parte dessas teorias.

Nessa linha ideológica de raciocínio a preocupação fundamental de Paul Mattick é a de negar qualquer importância ao mercado, à concorrência, ao consumo, à demanda agregada. Tudo isto é identificado como *keynesianismo*, *subconsumismo* ou *reformismo*. É claro que esses atributos aparecem como acusações, como pechas para desmoralizar o adversário. O marxismo ortodoxo, revolucionário, seria exclusividade dos que subordinam toda a teoria econômica à esfera de produção, onde se situam a teoria do valor e a tendência declinante da taxa de lucro.

A partir dessa plataforma ideológica, afirma Mattick: “Marx não se preocupa com as relações de oferta e procura no mercado, mas, sim, com os efeitos das forças sociais de produção sobre as relações sociais de produção, quer dizer, com os efeitos que a crescente produtividade do trabalho exerce sobre a produção do valor e da mais-valia”.³¹ Ora, ainda que Marx tenha dado maior ênfase, principalmente no Livro I de *O Capital*, aos problemas estruturais do capitalismo relativos à produção de valor e mais-valia, absolutamente não é verdade que ele não dê importância ao mercado. As citações anteriores do Livro III são muito claras. E o próprio Mattick, citando Marx, se contradiz algumas páginas adiante quando afirma, referindo-se a Marx: “Na sua concepção, todas as crises *reais* do capitalismo terão que ser explicadas a partir de

³⁰ Paul Sweezy, “Alguns problemas da teoria da acumulação do capital”, *op. cit.*, pp. 56-7. Publicado também em *Les Temps Modernes*, janeiro de 1974.

³¹ Paul Mattick, “Teoria do valor e acumulação de capital”, em Mário Cogoy e Paul Sweezy, *op. cit.*, pp. 99.

condições empiricamente dadas, a partir do movimento real da produção, da concorrência e do crédito capitalista”.³²

Nesse sentido, não é aceitável a afirmação radical de Cogoy de que o consumo deve ser ignorado na análise das crises: “O ponto de partida do processo de depressão não reside, para Marx, do lado do consumo, mas do lado da valorização do capital, o qual já não pode ter lugar em virtude da tendência declinante da taxa de lucro”³³ Ora já vimos que Marx foi explícito quanto à necessidade de considerar o consumo e os problemas de realização, em função de uma repartição desigual da renda, na análise das crises.

Na verdade, enquanto Sweezy cai no erro do empirismo para negar significado à tendência declinante da taxa de lucro e só dar importância à contradição entre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a insuficiência de demanda, Cogoy e Mattick caem no erro oposto do dogmatismo e do raciocínio lógico-formal, segundo o qual tudo deriva de uma única causa: no caso a produção de valor e mais-valia.

Em contrapartida, se adotarmos um raciocínio dialético, como é próprio do pensamento marxista, abandonaremos a idéia de uma única causa. No exame específico do problema do desencadeamento das crises cíclicas, a lei da tendência declinante da taxa de lucro não pode ser ignorada; mas é óbvio também que, em se tratando de um problema essencialmente de curto prazo, o problema fundamental está na tendência à insuficiência de demanda em relação à oferta agregada e em particular na incapacidade de os salários e o consumo dos trabalhadores acompanharem os lucros e a acumulação dos capitalistas. Este fato estava claro para Marx, e foi a percepção e o explicitamento deste fato realizados por Keynes que o tornou o economista mais influente da primeira metade do século XX. A contribuição de Keynes é claramente limitada ao curto prazo. Os problemas estruturais de longo prazo, relacionados com a esfera da produção, não apresentaram progresso com Keynes. Sua contribuição na esfera da circulação, para a análise de curto prazo e, portanto, para a análise

³² *Idem*, p. 104. A citação de Marx é das *Teorias de Mais-valia*, ed. alemã, vol. I, p. 286.

³³ Mário Cogoy, “As teorias neo-marxistas, Marx e a acumulação de capital”, *op. cit.*, p. 19.

do ciclo, é entretanto decisiva. Como ele estava examinando os problemas de curto prazo, ele concentrou sua atenção na demanda agregada e, concomitantemente com Kalecki, abriu novos e decisivos campos para a teoria econômica.

Mas é claro que a análise se enriquece se também considerarmos a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva e, ainda que secundariamente, a lei da tendência declinante da taxa de lucro para compreendermos as crises. Nestes termos, as contradições se estabelecem não apenas ao nível de oferta e da demanda agregada, mas também, e entrelaçadamente, ao nível da distribuição da renda e da tendência à elevação da composição orgânica do capital. A insuficiência de demanda é a teoria específica, de curto prazo, para explicar as crises, que se completa com a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva e a elevação dos salários no auge do ciclo, mas a teoria de médio prazo do esgotamento das ondas de inovações e a teoria de longo prazo da tendência declinante da taxa de lucro também podem e devem ser dialeticamente consideradas especialmente para a análise do ciclo longo de Kondratieff e secundariamente para ciclo normal.

Essa posição pode ser acusada de ecleticismo, na medida em que aproveita as contribuições de mais de uma teoria para a explicação das flutuações econômicas. Ao invés de eclética esperamos que seja dialética, na medida que reconhece a profunda complexidade e o caráter contraditório do fenômeno em estudo. Para um fundamentalista como Anwar Shaikh, por exemplo, as teorias sobre a reprodução do capitalismo podem ser divididas em três grupos:

1) as teorias neoclássicas, inclusive a keynesiana, para as quais o capitalismo “poderia durar para sempre”;

2) as teorias de subconsumo, para as quais o capitalismo só sobreviveria com base em uma “demanda externa” ao próprio sistema; e

3) as teorias da “tendência declinante” e do “estrangulamento da taxa de lucro” devido à elevação dos salários no auge do ciclo.³⁴

Esse tipo de visão unitária, ou fundamentalista, não

³⁴ Anwar Shaikh, “An introduction to the history of crisis theory”, em Bruce Steinberg *et alii*, *op. cit.*, pp. 219-20.

apenas leva a uma identificação absurda entre neoclássicos e keynesianos e reduz as teorias do subconsumo à teoria de Rosa de Luxemburgo, mas também reduz afinal a *verdade* a uma única explicação. Ou mais precisamente, a duas no caso de Shaikh, porque ele aceita também a teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva.

Naturalmente as teorias do ciclo para fazerem sentido deverão ser sempre *internas* ao sistema. Não há qualquer razão, entretanto, para considerar o subconsumo e a subreacumulação como um fenômeno externo ao capitalismo. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno intrínseco ao capitalismo, como é a tendência declinante da taxa de lucro e o estrangulamento dos lucros pela elevação dos salários.

4

Estamos agora em condições de desenvolver mais sistematicamente a análise de dinâmica dos ciclos, a partir fundamentalmente, das contribuições de Marx e de Keynes. A única contribuição neoclássica importante para a análise das flutuações industriais é a teoria das inovações de Schumpeter. Mas nesse campo Schumpeter não é um neoclássico ortodoxo. Por outro lado já vimos que sua teoria, da mesma forma que a teoria da tendência da taxa de lucro, é pertinente para explicar os ciclos longos, não os ciclos normais. De um modo geral os neoclássicos não têm uma teoria dos ciclos, na medida em que imaginam que o mercado é perfeitamente capaz de regular automaticamente a economia. Quando chegam perto de uma teoria do ciclo, como é o caso, por exemplo, de Hayeck, de Von Mises e de Lucas, o ciclo surge como a resultante de uma variável exógena que vem desequilibrar o sistema. Para Hayeck, por exemplo, são variações nas taxas de juros provocadas por mudanças no crédito que determinam os ciclos. Lucas, com uma argumentação mais sofisticada, compatível com a hipótese das expectativas racionais, enfatiza os movimentos nos preços dos produtos para também concluir que são choques monetários a causa central dos ciclos.³⁵

³⁵ Friedrich Hayeck, "Price expectations, monetary disturbances and maladjustments", em *Readings in Business Cycles Theory*, *op. cit.*, pp. 350-65; Ludwig

Fica difícil, entretanto, justificar um movimento cíclico razoavelmente regular a partir de uma variável que, por ser exógena ao sistema, pode acontecer ou deixar de acontecer.

Para que possamos compreender a dinâmica do ciclo e principalmente como ocorre a reversão cíclica, vamos agora desenvolver o que poderia ser chamado de “teoria dos três limites”. Veremos que o processo de expansão, que durará cinco ou seis anos,³⁶ irá encontrar seu limite recessivo:

1) na desproporção entre o crescimento do Departamento I e do Departamento II (versão de desproporção da teoria do subconsumo); ou

2) no crescimento insuficiente da demanda em relação ao aumento da oferta de bens de consumo em decorrência de um crescimento dos salários a uma taxa menor do que os lucros na primeira fase da expansão (teoria simples do subconsumo), e finalmente, caso nenhum dos dois limites anteriores seja suficiente;

3) na elevação dos salários reais acima do aumento da produtividade, devido ao esgotamento do exército industrial de reserva (teoria do estrangulamento dos lucros), no final da expansão. Deixarei de lado a teoria da tendência declinante da taxa de lucro e a teoria do esgotamento da onda de inovações porque já vimos que, embora possam influenciar o ciclo, são mais apropriadas para a análise da onda longa.

Um ciclo pode, para os fins desta análise, ser dividido em seis fases: 1) auge; 2) reversão cíclica; 3) desaceleração; 4) fundo da recessão; 5) primeira fase de expansão ou prosperidade; e 6) fase final da expansão. É preciso salientar que essas fases têm duração diversa em um ciclo, além de variarem de ciclo para ciclo. A reversão cíclica é um ponto; o fun-

von Mises, *Human Action*, Chicago, Contemporary Books, 1966 (1ª ed., 1949), pp. 571-86; e Robert Lucas, “Understanding the business cycle”, trabalho apresentado na Kiel Conference on Growth without Inflation, junho, 1976.

³⁶ Observe-se que após a Segunda Guerra Mundial a duração média dos ciclos diminuiu devido às políticas econômicas keynesianas de *stop and go*. Em toda a nossa análise do ciclo, entretanto, continuaremos, a título de simplificação, a não considerar a intervenção do Estado. Em qualquer hipótese, a afirmação de que os ciclos duram de 8 a 10 anos já é uma simplificação. Conforme observa Wesley Mitchell, que estudou profundamente a história dos ciclos, já em 1923, “os ciclos sucessivos variam não apenas em duração mas também em violência” (“Business cycles”, em *Readings in Business Cycles Theory*, *op. cit.*, p. 44).

do da recessão, a fase final de expansão e o auge são períodos breves; já a primeira fase da expansão e a desaceleração ou o declínio são fases mais longas.

Na primeira fase de expansão, a taxa de lucros e os lucros totais estão em forte crescimento. Em consequência, cresce a taxa de acumulação de capital e a massa de capital acumulado, o que significa ainda maiores lucros, já que estes, no curto prazo, dependem basicamente dos investimentos. Ao nível da oferta, a produção do Departamento II, produtor de bens de consumo, está crescendo rapidamente, mas a produção de bens de capital está crescendo muito mais depressa, dada a grande demanda de investimentos. O crescimento mais rápido do Departamento I na época da expansão é um fato já estabelecido na literatura econômica. É a contrapartida de um segundo fato também estabelecido, o de que o departamento produtor de bens de produção é o que apresenta maior retração quando se inicia a crise.

Os lucros e a produtividade na primeira fase da expansão estão crescendo de forma extremamente rápida. Este é um período de superlucros facilitados pela utilização da capacidade ociosa criada no fundo da crise. Keynes deixou esse fato muito claro em sua obra. Através do efeito multiplicador, ao aumentarem os investimentos planejados pelas empresas, a poupança (e os lucros) aumentarão correspondentemente até se igualarem aos novos níveis de investimentos. A primeira fase da expansão é o momento em que as empresas colocam capacidade ociosa em ação, antes de aumentarem sua demanda por bens de capital. Em consequência, temos redução do nível de estoques, aumento das margens de lucro e dos preços e, principalmente, aumento do lucro total. O aumento do lucro total é ainda maior do que o dos preços porque as margens mais elevadas devem ser multiplicadas por níveis de produção maiores. E a taxa de lucro cresce ainda mais rápido, já que o estoque de capital nesse período não tem tempo de ser ampliado significativamente.

Os salários também estão crescendo na primeira fase da prosperidade, embora mais lentamente do que os lucros. Não há nenhuma contradição entre o fato de lucros e salários estarem crescendo ao mesmo tempo. Embora a soma de ambos seja igual à produção total, como a produção e a produtividade estão crescendo rapidamente, é natural que o total de

lucros e o total de salários estejam também crescendo conjuntamente, ainda que os lucros estejam crescendo mais depressa. O atraso do crescimento dos salários em relação dos lucros decorre da existência de um exército industrial de reserva. A massa de desempregados exerce uma pressão para baixo na taxa de salários, impedindo que ela cresça de forma explosiva. A taxa de salários obviamente cresce, porque o efeito amortecedor do exército industrial de reserva é limitado — e será tanto mais limitado quanto melhor organizado em sindicatos forem os trabalhadores —, mas esse crescimento tende, até que se alcance um nível de pleno emprego, a ser menor do que o crescimento dos lucros. O pleno emprego, que não é um ponto precisamente determinado mas uma faixa na qual os salários sobem fortemente e a produção ainda tem condições de crescer graças a horas extras e intensificação do trabalho, constituir-se-á no último limite para a fase ascensional do ciclo.

Na verdade, a partir dos elementos que acabamos de discutir, podemos distinguir três limites sucessivos para a fase de prosperidade:

- a) o desequilíbrio entre a produção de bens de capital e a produção de bens de consumo;
- b) a tendência do consumo crescer mais lentamente do que a produção; e
- c) a elevação dos salários decorrente de se alcançar o pleno emprego.

No primeiro e no segundo caso há uma crise de realização, que resulta na queda da taxa de lucro e na redução dos investimentos. No terceiro caso ocorre uma redução direta na taxa de lucro e subsequente queda na taxa de acumulação. Mas este último caso geralmente ocorrerá em conjugação com o primeiro e o segundo.

A desproporção, ou desequilíbrio, entre a produção de bens de capital e a produção de bens de consumo foi particularmente salientada por Harrod, em um livro publicado imediatamente após a *Teoria geral* de Keynes.³⁷ O raciocínio é simples e forte. Quando se inicia a recuperação da economia, depois da crise, a produção de bens de consumo e de bens de

³⁷ Roy F. Harrod, *The Trade Cycle*, Reprints of Economics Classic, Augustus M. Kelley, 1961, Nova Iorque, (1ª ed., 1936), pp. 53-65.

capital passam a crescer, mas a última crescerá mais rapidamente porque a demanda por investimento cresce mais rapidamente que a demanda por consumo. A demanda por investimento é maior porque, na crise, os investimentos haviam se reduzido fortemente, limitando-se as empresas a substituir os bens de capital desgastados. Agora, na primeira fase da expansão, as empresas produtoras de bens de consumo aumentam seus pedidos de capital e a produção destes passa a crescer rapidamente a fim de compensar o período de paralização. Enquanto isso a indústria de bens de consumo continua a crescer, mas a uma taxa menor. Estabelece-se, então uma desproporção entre a produção de bens de consumo e a produção de bens de capital e portanto uma superprodução de bens de capital que não pode durar muito tempo a não ser que houvesse uma improvável redução da relação produto-capital. Supondo-se esta relação estável no curto prazo, em breve teremos superprodução na indústria de bens de capital. Nesse momento, esta indústria, depois de um período de estocagem, paralizará radicalmente sua produção. O multiplicador, que até aquele instante vinha estimulando a economia, fazendo com que investimentos maiores levassem a uma produção maior de forma a equalizar os lucros ou a poupança com os investimentos planejados, agora passa a desempenhar o papel inverso. Na medida em que a indústria de bens de capital reduz a produção e paralisa seus investimentos o processo repercute em toda a economia.

Neste primeiro limite o estreitamento relativo do mercado de bens de consumo é o elemento básico de reversão cíclica, mas seu elemento desencadeador é o crescimento excessivo do Departamento I. É claro, entretanto, que o argumento reforçar-se-á grandemente se a desproporção entre a produção de bens de capital e a produção de bens de consumo ocorra mais ou menos ao mesmo tempo em que a insuficiência de demanda de bens de consumo tenha lugar (segundo limite). Isto tenderá a ocorrer, em primeiro lugar, porque não apenas a produção de bens de capital está caminhando mais depressa do que a produção de bens de consumo na primeira fase de expansão, mas concomitantemente porque os lucros estão crescendo mais depressa do que os salários. Se os investimentos, inclusive na indústria de bens de consumo, estão crescendo mais depressa do que os salários, depois de um

período em que os consumidores satisfazem sua demanda represada durante a crise, ocorrerá um processo de superprodução também na indústria de bens de consumo. Se o consumo é função do salário e se os investimentos na indústria de bens de consumo dependem dos lucros, dado que os lucros crescem mais rapidamente que os salários nesta fase, é óbvio que teremos uma crise de realização derivada agora de um temporário subconsumo. Se no primeiro caso aumentaram os estoques de bens de capital, neste ocorre um aumento nos estoques de bens de consumo. Em ambos os casos cai a taxa de lucro prevista. Paralisam-se os investimentos. Desencadeia-se a crise.

Até agora estávamos supondo muito simplificada que os trabalhadores consomem a partir de seus salários e os capitalistas investem a partir de seus lucros. Se agora acrescentarmos que também os capitalistas e os tecnoburocratas consomem bens de luxo a situação geral não se altera. Na verdade a teoria do subconsumo é reforçada. De fato, enquanto que a propensão marginal a consumir dos trabalhadores pode ser considerada perto de um, a propensão marginal a poupar de capitalistas e de tecnoburocratas é claramente inferior a um no prazo do ciclo. Em consequência, também por este fato haverá uma tendência à insuficiência de demanda de bens de consumo. É esse fato que leva os economistas keynesianos, que geralmente não distinguem capitalistas de trabalhadores, nem levam em conta a classe média tecnoburocrática na discussão da função consumo, a considerar a propensão marginal a consumir declinante.

Deve-se aqui acrescentar um outro fato — neste caso um fato historicamente novo — que torna a produção de bens de consumo particularmente estratégica no século XX. No século passado, quando a maioria das teorias sobre o ciclo foram originalmente formuladas, a produção de bens de consumo de luxo inclusive bens de consumo durável era quase toda artesanal. Carruagens, artigos de ouriversaria, móveis, confecções finas, alimentos sofisticados — eram todos produtos produzidos fora das condições específicas do modo capitalista de produção. A produção de bens de consumo em bases industriais era fundamentalmente de bens de salário. Em consequência, as flutuações que podiam haver na demanda para estes bens de consumo era relativamente pequena. Na medida

em que eram bens essenciais para a reprodução da força de trabalho podiam sofrer flutuações muito reduzidas no transcorrer do ciclo. Enquanto isso os bens de capital podiam sofrer grandes flutuações transformando-se no grande fator estratégico do ciclo econômico no século XIX. A produção de bens de consumo durável, embora também sujeita a fortes flutuações, não era significativa para o ciclo na medida em que estava fora do sistema capitalista de produção e circulação.

A partir do século XX, porém, um fato novo, para o qual é preciso chamar a atenção, muda este quadro. Com a produção em massa, na linha de montagem, de automóveis, rádios, refrigeradores, aparelhos de ar condicionado, televisores, aparelhos de alta fidelidade, artigos de esporte, móveis, artigos de uso pessoal e do lar dos mais variados tipos, a produção de bens de consumo durável passa a ser realizada em termos capitalistas, por grandes empresas industriais. Muitos desses artigos deixam de ser bens de luxo, na medida em que sua produção se massifica. Os bens duráveis de consumo, entretanto, da mesma forma que os bens de luxo, podem ter seu consumo adiado facilmente. As flutuações na demanda e na produção de bens de consumo tornam-se assim muito mais importantes. Agora o desencadeamento de uma crise pode resultar tanto de uma redução inicial dos investimentos como de consumo. E a segunda alternativa é cada vez mais provável na medida em que as empresas tendem a produzir até o limite da demanda, ou seja, até o momento em que podem realizar os lucros no mercado. Já os consumidores de mais baixa renda — os assalariados — consumirão na medida de seus salários, que não sobem no mesmo ritmo dos lucros na fase de prosperidade (só na fase final da expansão essa situação poderá inverter-se). E os tecnoburocratas e capitalistas, que recebem ordenados e lucros, tenderão a apresentar uma propensão marginal a consumir inferior a um na fase de prosperidade.

Quando a crise origina-se de uma queda dos investimentos é sinal de que ocorreu uma superprodução de bens de capital em relação à demanda de investimento, que não cresceu tão rapidamente porque o consumo e a produção de bens de consumo não acompanhou a produção de bens de capital; quando originar-se de uma queda no consumo de bens durá-

veis, isto significa que tivemos inicialmente superprodução na indústria de bens de consumo. Mas em ambos os casos, em seguida à superprodução terá início a crise destinada a destruir o capital excedente acumulado em estoques.³⁸

A crise pode desencadear-se, portanto, seja devido à superprodução de bens de capital (crise de desproporção), seja de bens de consumo (ainda que as necessidades dos consumidores estejam muito longe de terem sido satisfeitas). Muito provavelmente o início da crise poderá ocorrer através do funcionamento mais ou menos concomitante dos dois mecanismos, já que o processo de desencadeamento da crise não é um momento único e preciso no tempo, mas um período em que muitos fenômenos estão ocorrendo ao mesmo tempo. Na medida em que os dois mecanismos acima descritos tendem a originar-se de um único processo econômico global — a desproporção e o subconsumo gerando superprodução —, é perfeitamente razoável imaginar que poderão ocorrer mais ou menos concomitantemente.

Entretanto, se a crise não se desencadear por nenhum desses motivos, haverá um terceiro limite: o pleno emprego. No momento em que a economia começa a entrar na faixa de pleno emprego, na fase final de expansão, esgota-se o exército industrial de reserva e os salários começam a crescer acima do aumento da produtividade, provocando o estrangulamento dos lucros e a redução dos investimentos. Se imaginarmos o fato perfeitamente provável que esse fenômeno tenda a ocorrer mais ou menos ao mesmo tempo que a crise de subconsumo, a reversão cíclica desencadear-se-á ainda mais fortemente. E se o mecanismo do subconsumo não lograr provocar a reversão cíclica, o esgotamento do exército industrial de reserva e o conseqüente estrangulamento dos lucros encarregar-se-ão de produzir esse resultado.

Em relação a este último caso podemos inclusive supor uma pequena variação: se já teve início um processo de superprodução de bens de capital e/ou de bens de consumo, a taxa

³⁸ É simplifcativo observar que nos Estados Unidos, onde já vem sendo feito regularmente a contabilidade do patrimônio líquido das famílias, esse orçamento totalizava, no último trimestre de 1982, 10.241 bilhões de dólares. As variações nesse valor afetam diretamente o consumo (cf. "The significance of rising consumer net worth", em *The Morgan Guaranty Survey*, 1983, pp. 1-4).

de salários poderá crescer ainda por algum tempo por uma espécie de efeito de inércia, enquanto a taxa de lucro já está caindo. Isto poderá ocorrer porque certos bens de capital já foram encomendados anteriormente, não se podendo reduzir o emprego de uma hora para outra. Neste caso haverá a perfeita sincronia entre os dois primeiros limites da expansão, relacionados com a teoria do subconsumo; e o terceiro limite provocado pelo esgotamento do exército industrial de reserva.

Esta elevação dos salários um momento antes do ciclo atingir o seu pico foi comprovada empiricamente. Nos movimentos cíclicos ocorridos no pós-guerra nos Estados Unidos verificou-se, consistentemente, que a taxa de salários crescia e os lucros caíam no estágio imediatamente anterior ao auge do ciclo econômico. Para que isso aconteça, entretanto, não é necessário que se atinja o pleno emprego. Inclusive porque o conceito de pleno emprego é necessariamente impreciso. O que temos é uma faixa de pleno emprego, na qual há ainda trabalhadores desempregados mas estes já estão se tornando escassos. Nesta faixa, entretanto, o poder de barganha dos trabalhadores aumenta, sua capacidade não só de organizar greves e reivindicar melhores salários, mas também de reduzir o ritmo de trabalho aumenta muito. Em outras palavras, a luta de classes se acirra, provocando o aumento da taxa de salários, a redução da taxa de lucros e, um momento após, o início da crise. A luta de classes torna-se assim um fator explicativo fundamental na análise do ciclo econômico.³⁹

Antes de encerrar esta análise do ciclo, uma palavra sobre a taxa de juros. Ela tende a crescer na fase de prosperidade e a cair na de depressão, sinalizando a rentabilidade do capital durante o ciclo econômico. Em conseqüência, se ela

³⁹ Afirnam Robert Boddy e James Crotty, baseados em dados conclusivos levantados por eles e outros autores citados em seu artigo: "Através de todo o período do pós-Segunda Guerra Mundial, o período pós-keynesiano, a participação dos lucros na renda e mesmo o volume absoluto de lucros caíram na última parte de cada expansão. Correspondentemente, os salários e a participação dos salários cresceram. Nós vemos a erosão dos lucros como resultado bem sucedido da luta de classes desenvolvida pelos trabalhadores contra o capital — luta que é limitada e afinal contornada pelo afrouxamento da demanda agregada e pelo aumento do desemprego provocados pelos capitalistas com o acordo e o apoio do Estado" (*op. cit.*).

tivesse uma relação inversa com os investimentos, ela tenderia a ter um efeito estabilizador sobre o ciclo. Entretanto sabemos que os investimentos são pouco sensíveis à taxa de juros. Na prosperidade sobem os juros mas também subiram os lucros, de forma que permanece para as empresas uma confortável distância entre a taxa de lucro e taxa de juros garantindo a continuidade de seus investimentos. Na recessão caem lucros e juros, mas aceitando-se a clássica análise de Keynes, a armadilha da liquidez impede que os juros continuem a cair, de forma que também neste caso a taxa de juros tem pouco efeito amortecedor sobre a crise.⁴⁰

Quem terá um papel amortecedor decisivo sobre a crise, embora sem conseguir debelá-la completamente, será o Estado, depois que Keynes propôs as medidas de política econômica anticíclica. O Estado não consegue, todavia, estabilizar a economia, eliminando suas flutuações. E no processo de estabilização acaba sendo ele próprio um fator desencadeador das crises. Conforme Kalecki⁴¹ demonstrou claramente, no momento em que a prosperidade ameaça os capitalistas com uma elevação descontrolada dos salários e do aumento da taxa de inflação, o Estado é chamado a intervir. Sua intervenção é realizada em nome do combate à inflação. Em parte esta motivação é real. Mas a causa fundamental da intervenção do Estado está na sua preocupação, enquanto este representa principalmente a classe dominante capitalista, em não deixar que os salários cresçam excessivamente. Nestas ocasiões os capitalistas dos países industrializados preferem uma redução temporária de seus lucros devido à recessão provocada por redução no dispêndio público e por uma política de contenção, do que uma redução — que poderá ser mais a longo prazo — de seus lucros provocada pela elevação da taxa de salários.⁴²

⁴⁰ A baixa sensibilidade dos investimentos à taxa de juros tem sido verificada em inúmeros estudos empíricos. Para uma ampla bibliografia sobre o assunto consultar Dale Jorgenson, "Econometric studies of investment behavior: a survey", em *Journal of Economic Literature*, vol. 9, n.º 4, dezembro 1971.

⁴¹ Michal Kalecki, "Political aspects of full employment", (1942), em *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971. Cabe observar que o trabalho anteriormente citado de Boddy e Crotty está explicitamente baseado nesta contribuição fundamental de Kalecki.

⁴² É interessante observar que nos países subdesenvolvidos, que não estão em discussão na presente análise, a capacidade do Estado levar adiante uma política

5

A análise até aqui realizada sobre o ciclo econômico em nenhum momento deu ênfase ao aumento da quantidade de moeda e de crédito ou, então, à inflação como causa da reversão cíclica. Como também não confundimos a crise econômica que se desencadeia após a reversão cíclica, com a crise financeira, ou seja, com a sucessão de falências bancárias, que eram muito comuns antes da criação dos bancos centrais.

A tentativa de relacionar a reversão cíclica com a expansão da moeda-crédito é encontrada na literatura neoclássica. O aumento do crédito bancário e da quantidade de moeda são vistos como elementos exógenos ao sistema econômico, fruto do desejo de lucro dos bancos ou da incapacidade de o Estado controlar suas despesas. Em consequência, sobrevém a inflação de demanda, que se acentua quando a economia se aproxima do auge cíclico. Por outro lado, a taxa de juros aumenta, estrangulando os lucros. Neste momento intervém o Estado para restabelecer o equilíbrio da economia, reduzindo suas despesas, controlando o crédito e a oferta de moeda. Processa-se, então, a reversão cíclica agravada pela elevação da taxa de juros.

Não examinamos esse tipo de análise, que se encontra, como dissemos, nas obras de Hayeck,⁴³ Schumpeter⁴⁴ ou Von Mises⁴⁵ e Lucas,⁴⁶ porque neste trabalho não estamos interessados na crítica ao pensamento neoclássico. Nossa análise situa-se na confluência do marxismo com o keynesianismo e procura limitar-se a esse campo de análise. Não obstante, parece importante uma referência a essas teorias monetárias do ciclo, porque elas gozam de uma aparência de realidade

monetária e fiscal antiinflacionária é muito mais reduzida porque, dada a existência de excedentes de mão-de-obra na forma de desemprego disfarçado, os salários não tendem a crescer fortemente no período de prosperidade. Não havendo esta ameaça sobre seus lucros os capitalistas não aceitam também a política recessiva e imediatamente começam a pressionar o Governo no sentido de que este abandone a política recessiva. Esta só não é abandonada se houver pressão muito forte dos credores internacionais, em caso de uma situação de desequilíbrio externo.

⁴³ *op. cit.*, p. 360.

⁴⁴ "La explicacion de los ciclos economicos", *op. cit.*, p. 39-41.

⁴⁵ Ludwig von Mises, *op. cit.*

⁴⁶ Robert Lucas, *op. cit.*

que, conforme Marx muitas vezes acentuou, é o campo predileto dos economistas conservadores.

Relacionar a reversão cíclica com o aumento do linheiro-crédito não faz sentido porque a própria expansão monetária ou a inflação que deverá acompanhá-la não podem ser causa de reversão cíclica, na medida em que não pressionam a taxa de lucro. Só a elevação da taxa de juros poderia ter esse efeito, mas, na verdade, na expansão, embora a taxa de juros cresça, não há nenhuma razão para que cresça mais do que a taxa de lucro. Portanto não poderá ser a causa do estrangulamento dos lucros na fase final da expansão.

Por outro lado a intervenção do Estado para restringir suas despesas e a quantidade de moeda só ocorre quando, na fase final da expansão a elevação dos salários já está estrangulando os lucros. Para evitar não apenas a desorganização do mercado provocada pela inflação mas também a redução dos lucros mais prolongada e mais perigosa — porque decorrente da luta de classes — é que o Estado intervém com política econômica recessionista.

Antes disso, porém, o aumento das despesas do Estado e o afrouxamento dos controles da oferta monetária, ocorridos principalmente na fase final da expansão, haviam sido uma forma através da qual o Estado havia procurado dar uma sobrevida à expansão cíclica, evitando o subconsumo e a sobreacumulação. As políticas macroeconômicas keynesianas, quando utilizadas com muito vigor, são inflacionárias exatamente na medida em que buscam essa sobrevida à expansão cíclica. No Brasil, por exemplo, quando a dinâmica cíclica tornou-se endógena, na medida em que o país havia montado um amplo complexo industrial, esse fenômeno foi muito claro. Tanto na reversão cíclica de 1962 quanto na de 1974 houve um processo de intervenção do Estado que, inflacionariamente, postergou o momento de chegar ao fundo da recessão. Mas em seguida o Estado é obrigado a inverter o sinal de sua política econômica, passa para uma política recessiva de estabilização, e ficamos com a aparência de que foi o Estado que provocou a reversão cíclica.

Quando se desencadeia a crise no plano real da economia, ela pode ter como consequência uma crise financeira, ou seja, uma sucessão de falência bancárias. Esse tipo de crise tornou-se menos freqüente e menos grave depois da criação

dos bancos centrais, que são capazes de controlar parcialmente a liquidez do sistema econômico. Agora, no plano mundial, há novamente essa ameaça devido ao processo de endividamento em escala internacional, que escapou ao controle dos bancos centrais. O importante a assinalar, entretanto, é que a crise financeira não deve ser confundida com a crise real, muito menos ser considerada sua causa. A crise financeira é uma consequência da crise econômica. Depois que as empresas produtivas começam a ir à falência, devido à paralisação dos investimentos e à retração do consumo, depois que o processo de queima de capital ocorre no plano real, é que, no plano financeiro, pode desencadear-se a crise e o pânico.

Os economistas marxistas têm em geral uma noção razoavelmente clara desse fato. Degladiam-se entre as teorias do subconsumo, da tendência declinante da taxa de lucro e do esgotamento do exército industrial de reserva, mas não confundem crise real com crise financeira. Desse perigo, entretanto, não escapa inteiramente Michel Aglietta, que desenvolveu recentemente uma teoria original sobre o novo caráter histórico da moeda bancária nacional como uma das instituições reguladoras do sistema econômico. No capitalismo deste século o trabalho assalariado tornou-se absolutamente generalizado, e a moeda bancária nacional, com curso forçado garantido pelo Estado, assume o papel fundamental de permitir o pagamento dos salários e, dessa forma, assegurar a reprodução da mão-de-obra. Resulta daí, dessa ligação da moeda com o trabalho assalariado e a produção de mercadorias em que está consubstanciado trabalho abstrato, o poder de compra de moeda bancária nacional.

Talvez, entretanto, impressionado com sua própria teoria sobre a moeda, Aglietta em seguida dá uma ênfase excessiva às crises financeiras. E, embora em alguns momentos tente distinguir as crises financeiras das crises reais, acaba muitas vezes confundindo-as.⁴⁷ Ora, é essencial não fazer essa confusão. Na medida em que, de fato, a moeda é uma instituição reguladora da economia capitalista da mais alta importância, os desequilíbrios monetários, de fato, não são neutros

⁴⁷ Michel Aglietta, *Regulation et Crises du Capitalisme*, Paris, Calman-Levy, 1982 (1ª ed., 1976), pp. 286, 301, 321.

em relação ao desequilíbrio real. A tentativa dos economistas neoclássicos de separar artificialmente a plano real e o plano monetário foi uma das bases da crítica de Keynes. Não há dúvida, portanto, que a inflação e as crises financeiras podem, através de um processo interativo, agravar as crises de realização e sobreacumulação. É preciso, entretanto, nessa relação dialética, ter claro qual é o vetor, ou seja, quais as causas básicas da crise. E estas, certamente, não se encontram no plano monetário. O entesouramento que acompanha as crises de realização, por exemplo, é um fenômeno monetário, mas, da mesma forma que as subseqüentes crises financeiras, é um resultado da crise ocorrida no plano da produção de mercadorias. A existência de uma economia monetária e a possibilidade de entesouramento de moeda são uma condição para que ocorra a reversão cíclica, mas não são a causa da crise.

6

Vimos, assim, o mecanismo do ciclo econômico, que é um fenômeno basicamente de curto prazo, enquanto que os ciclos longos de Kondratieff são flutuações de médio prazo e as etapas de desenvolvimento são processos de longo prazo. O ciclo econômico depende fundamentalmente do equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas e da luta de classes na fase final da expansão, enquanto que os ciclos longos são explicados basicamente pelas ondas schumpeterianas de inovação, e as etapas de desenvolvimento pela tendência declinante da taxa de lucro e pela natureza das relações de produção. Estes processos, entretanto, não são estanques. Pelo contrário, cruzam-se dialeticamente. Um ciclo longo geralmente abarca cinco ou seis ciclos, e uma etapa de desenvolvimento em princípio pode ser definida abrangendo mais de um ciclo longo, embora aqui seja necessário fazer uma ressalva. Enquanto os ciclos normais longos são dois tipos de flutuação industrial, as etapas de desenvolvimento não correspondem necessariamente a flutuações, ainda que possam coincidir com as mesmas. Uma etapa de desenvolvimento ou uma tendência secular é definida pelas tendências a longo prazo da taxa de lucro, da composição orgânica do capital, da taxa de mais-valia, do tipo de progresso técnico ou desenvolvimento

das forças produtivas e pelas modificações sociais e políticas que acompanham as transformações econômicas. As etapas seculares, portanto, inserem-se e se confundem com o processo histórico global de maneira mais completa do que os ciclos longos. O fim de um ciclo de Kondratieff é necessariamente marcado por uma crise cíclica. Já o fim de uma etapa de desenvolvimento, embora também possa ser marcado pelo esgotamento de uma onda de inovações e, conseqüentemente, por uma crise cíclica, será definido por mudanças nas tendências econômicas seculares e por transformações na base social, que repercutem em modificações políticas significativas.

Neste capítulo procuramos apresentar uma análise múltipla do ciclo econômico, na qual as diversas teorias aparentemente alternativas que encontramos em Marx sobre o processo de reversão cíclica foram integradas. Sem dúvida, uma ênfase maior foi dada à teoria do subconsumo ou, mais amplamente, de insuficiência de demanda. A teoria da desproporção não foi vista como uma alternativa mas como um caso particular de subconsumo. E a teoria do esgotamento de exército industrial de reserva foi utilizada para explicar a reversão em termos de um último limite para a expansão, caso o subconsumo deixe de desencadear a reversão cíclica. A teoria da tendência declinante da taxa de lucro foi entendida como um fenômeno de longo prazo, como um permanente estímulo ao funcionamento das contratendências. No curto prazo, ou seja, durante um ciclo, sem dúvida, tende a ocorrer uma elevação da composição orgânica do capital, na medida em que, na expansão, o Departamento I tende a crescer mais rapidamente que o Departamento II. Este fato, entretanto, é compensado pela elevação do comitente dos lucros a uma taxa maior que a dos salários, e forma que ocorre um aumento da taxa de mais-valia. Nesses termos, a elevação da composição orgânica do capital na fase de expansão não implica em redução da taxa de lucro. Esta irá declinar, em termos de expectativas, principalmente porque os salários crescem sempre mais lentamente do que os lucros na primeira fase da expansão.

Em conclusão, a crise é sempre um fenômeno de superprodução de mercadorias, desencadeada quando as empresas percebem que a demanda efetiva é ou será insuficiente para dar vazão à sua produção. Esse processo pode ser postergado

por algum tempo, através da produção de bens de capital que produzem bens de capital, mas afinal a produção de bens de consumo acaba por ser excessiva, as expectativas de lucro caem, reduzem os investimentos e ocorre a reversão cíclica. Conforme observa Mandel, a venda insuficiente pode começar no setor de bens de produção ou no de bens de consumo, mas “empiricamente se pode comprovar que começa mais freqüentemente no segundo (bens de consumo)”.⁴⁸

É essencial, entretanto, compreender que com isto não estamos pretendendo afirmar que a crise ocorra apenas na esfera da realização. Ela está, em primeiro lugar, situada na esfera da produção, na medida em que, de um lado, o processo de reprodução ampliada do capital é intrinsecamente instável já que o mercado é incapaz de controlá-lo automaticamente e, de outro, na medida em que a tendência à elevação da composição orgânica do capital, ainda que não se efetive, coloca o sistema de produção capitalista sob constante ameaça. É preciso entender que o processo de reprodução do capital não se esgota, em absoluto, na esfera da produção e dos processos tecnológicos e sociais a ela inerentes. A esfera da realização ou da utilização de bens, ou seja, a esfera da demanda agregada é parte integrante desse processo, e está na estrita dependência do sistema de distribuição de renda. Tentar compreender, portanto, a reprodução ampliada do capital, o processo de acumulação capitalista e seus movimentos cíclicos sem levar em conta salários e lucros (distribuição) e consumo e investimento (realização) é perder a visão do processo econômico total.

⁴⁸ Ernest Mandel, *La Crisis 1974-1980*, México, Ediciones Era, 1980, p. 232.